

**Luís Gonçalves Gomes**  
**Montalvão**

**2º CONGRESSO AMAIentejo**  
SEMEANDO NOVOS RUMOS  
AGIR NO PRESENTE PLANEANDO O FUTURO  
Castelo de Vide - 30 de junho e 1 de julho de 2018

**1º Painel – Resumo de Intervenção**

**Um olhar sobre as Freguesias mais recônditas do Alentejo**  
**- O caso específico da Freguesia de Montalvão -**

Começo por cumprimentar a mesa e os presentes e saúdo a realização deste 2º congresso AMAIentejo, agradecendo o desafio que me fizeram para nele participar, o qual aceitei de bom grado, na condição de mero cidadão.

O título que escolhi para esta apresentação *“Um olhar sobre as Freguesias mais recônditas do Alentejo”* tem relação com um dos lemas deste congresso “AGIR NO PRESENTE PLANEANDO O FUTURO” convocando-nos a olhar para as pequenas localidades, que estando afastadas das sedes concelhias, situando-se na sua periferia e, cumulativamente, mais deslocalizadas para o interior das sub-regiões a que pertencem, sofrem duplamente os malefícios dessa localização fortuita. Ou seja, o inerente isolamento e o tendencial abandono que isso poderá acarretar, tendo-se como evidência a propensão dos Municípios (não todos felizmente) em centralizar nas sedes concelhias a maioria, senão a totalidade, das iniciativas culturais, desportivas, de investimentos e tudo o mais que realizam.

Por outro lado, o referido lema sugere-nos a atuar desde já, de modo a prevenir e acautelar o porvir das gerações vindouras. É essa, de facto, a nossa responsabilidade histórica, social e cívica, tal como outros já a tiveram e assumiram antes de nós. Mas agir é concretizar e concretizar é realizar coisas tangíveis e objetivas, que é como quem diz, com interesse prático e benefício efetivo para as nossas terras e respetivas populações.

Agir, é o que se mostra imperioso fazer, no sentido magistralmente definido por Fernando Pessoa:

*“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?”*

A Freguesia de Montalvão é um dos lugares acima tipificados, enfrentando uma angustiante situação de perda de população, o que, aliás, não é um fenómeno novo, remontando aos anos quarenta do século passado, decaindo depois exponencialmente a partir da década de sessenta e setenta do mesmo século.

De nada servirá agora lamentar o que deveria ter sido feito, mas não se fez, porque o passado, no bom e no mau sentido, é irrecuperável. Irrecuperável e irrepetível, de facto, mas não inútil, pois, tendo-o em conta, obriga-nos a não incorrer nos erros ou na incúria do passado, não desperdiçando, por conseguinte, tal como em 1998, mais uma soberana oportunidade para combater em definitivo a desertificação do interior e os desequilíbrios inter-regionais, face à esmagadora hegemonia das zonas litorais. Já naquela altura as evidências eram absolutamente alarmantes, quanto mais agora.

Porque tudo ou quase tudo está sobejamente diagnosticado, não é disso que precisamos já, o que agora faz falta é agir e, para isso, o que se deseja é que tanto os poderes constituídos, como os particulares, unam esforços, em torno de uma cooperação mútua, em benefício das populações, aceitando-se reciprocamente e sem reservas de qualquer espécie. É dessa ação conjugada que a Freguesia de Montalvão e todas as outras localidades nas mesmas circunstâncias necessitam, prementemente. E, neste caso concreto, não falta o empenhamento e a intervenção prática que a sociedade civil montalvanense vem demonstrando, por diversas formas, desde há vários anos. Sem o devido enquadramento e apoio, diga-se, como seria necessário, tendo em vista o futuro.

No estudo que realizei sobre aquela Freguesia, identifiquei um conjunto de soluções que considero estruturantes ou de subsídios para elas, importando aqui destacar, ainda que sinteticamente, as que considero mais relevantes e que, no meu ponto de vista, podem ser aplicadas não só àquela Freguesia como, por outro lado, servir de inspiração como metodologia de estudo em localidades congêneres, tendo em conta naturalmente as particularidades de cada uma.

A tremenda desvantagem da dupla interioridade, por um lado e, por outro, a tipologia das soluções propostas no âmbito do designado “Movimento pelo Interior”, é muito pouco provável que alcance e, por conseguinte, produza algum efeito nas pequenas Freguesias e suas populações. Mesmo, nos pequenos Municípios, também eles sofrendo de interioridade, se duvida que obtenham algum benefício, isto é, com resultados em tempo útil, no sentido que importa considerar, a efetiva inversão da desertificação e do decréscimo populacional. Com isto, porém, não se retira o mérito dos propósitos e da ação das pessoas que deram corpo e voz a tal Movimento. Obriga-nos é a olhar de uma forma mais casuística para as pequenas localidades, como é exemplo a Freguesia em apreço.

Ou seja, não dispendo Montalvão, bem como as suas congêneres, de condições objetivas para atrair e fixar empresas, por múltiplas e ponderosas razões e, através delas, captar pessoas em idade ativa, significa isso que nada poderá ser feito e que a única solução é deixá-las paulatinamente desaparecer? Nada disso! Tal como outras, Montalvão dispõe dos requisitos e recursos essenciais para, no mínimo, sustentar, a prazo naturalmente, o processo de desertificação que a afeta há muitos anos.

O que se torna necessário fazer é, partindo das suas necessidades reais, sendo isso um dado de partida que todos os executivos autárquicos conhecem ou, não conhecendo, podem facilmente inventariar e, por outro lado, conhecendo-se os recursos de que dispõem, patrimoniais (materiais e imateriais), históricos, culturais, ambientais, etc., ficam os referidos executivos com os dados essenciais para definir uma estratégia de desenvolvimento local e um plano de ações consequentes. Primeiramente, começando por valorizar fisicamente o património, através da recuperação e do restauro que se mostre necessário, criando depois uma oferta turística, baseada nos valorizados atrativos patrimoniais, na história, na cultura e na natureza locais.

Não menos importante é garantir uma boa rede de acessos, abrindo as possibilidades de comunicação de cada localidade isolada de “*per si*”, relativamente às que lhe estão mais próximas e a partir destas para outras mais além, transformando o que hoje é uma perigosa periferia e interioridade, numa promissora centralidade, de cada uma delas em particular e de todas em geral.

Subjacente a tudo isto, reside a preocupação de combater a tendência de desaparecimento a prazo destas populações do interior e, por decorrência, as próprias terras, razão por que o combate à desertificação deve ser desde logo encarado por todos, como uma questão individual de responsabilidade social e de solidariedade cívica. É um imperativo da nossa condição humana e da consciência de todos! É dessa consciência e da ação conjugada de governantes e governados que as populações em risco necessitam.

Em concreto e sem necessidade de grandes dispêndios monetários, as soluções para Montalvão e localidades congêneres poderá basear-se no seguinte:

- **Criação de cadeias de valor** em torno do aproveitamento dos recursos disponíveis, alguns dos quais em risco de abandono, como é o caso da olivicultura, bem como da pastorícia ou da pecuária (onde existam) e da consequente comercialização de produtos derivados, valorizando a qualidade já hoje patenteada em muitos deles.

Tais cadeias poderão ter como pontos de apoio e alavancadores dos processos produtivos as unidades de produção já existentes, devendo as mesmas ser apoiadas no desenvolvimento e certificação das respetivas atividades.

- **A criação de uma oferta turística abrangente**, como referido antes, para o que se torna necessário uma maior compreensão e facilitação por parte das entidades tutelares, relativamente às iniciativas já lançadas pela sociedade civil.

O que não contribui em nada para a criação dessa dinâmica é deparar-se com a intransigência de órgãos tutelares, como a que vem sendo mostrada, desde 2014/15, pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, relativamente à cedência de um pequeno edifício, antigo posto da GNR<sup>1</sup>, cujo Comando-Geral o cedeu para as finalidades manifestadas pela JF local. Até à data, porém, tal não foi ainda concretizado devido à irredutibilidade daquele organismo, não obstante as muitas insistências e empenhos mobilizados. Tal edifício, devoluto desde 2006, a ser disponibilizado, destinar-se-á a instalar um centro de interpretação de arte e cultura tradicionais de Montalvão e a partir dele a criação de uma dinâmica de desenvolvimento social. A não o ser, terá como fim a ruína e a derrocada, sem honra, nem glória.

- Finalmente, **a mais importante das medidas**: a criação de um acesso viário, ligando Montalvão, tanto à vizinha Espanha, como a norte, através da Beira Baixa.

Explicando: Montalvão, está encostada à fronteira fluvial com Espanha e analogamente com a Beira Baixa, sem ter, por isso, qualquer escapatória viária através das mesmas. Encontra-se, por conseguinte, encurralada, sem hipótese de “fuga” viária. O mesmo se poderá dizer na inversa, relativamente às localidades no lado oposto.<sup>2</sup>

E, no entanto, numa perspetiva de comunidade interterritorial e, uma vez mais, de combate à desertificação que a todas afeta, é imperioso resolver esta situação, com a maior urgência, acréscimo e ênfase.

Ora, dá-se a circunstância de na confluência dos rios Sever e Tejo Internacional, que separa fisicamente as localidades mais próximas de Montalvão, como é o caso de Cedilho, na Extremadura espanhola e de Monte Fidalgo ou Perais, na Beira Baixa, ter sido construída uma barragem hidroelétrica<sup>3</sup> nos finais dos anos sessenta, cuja exploração veio a ser concessionada à empresa Iberdrola. Com tal construção, a passagem para Espanha, que antes se fazia a pé enxuto sobre os açudes, deixou de ser possível, e através de viatura automóvel, por sobre o muro da barragem necessariamente, só há permissão para o fazer aos fins de semana com limites horários rígidos.

De acordo com informações não confirmadas, até 1995 não teriam sido impostas tais restrições, as quais os habitantes de um e outro lado vêm contestando, circulando uma petição com origem em Espanha, atualmente por cerca de 3.200 pessoas, a qual será brevemente remetida às autoridades tutelares portuguesas, à semelhança do que já foi feito com as congêneres espanholas.

---

<sup>1</sup> v. foto

<sup>2</sup> v. mapa

<sup>3</sup> v. fotos

Através da referida barragem, como ilustramos com as fotos projetadas, facilmente se obteria uma solução com interesse para o nordeste alentejano, para a Beira Baixa e para Espanha, fazendo, portanto, o pleno e com o mínimo dispêndio, em termos de valor e prazo de construção, o que não é despiciendo para dois países onde não abundam os recursos financeiros.

Com esta solução, para além da eventual melhoria do pavimento para atravessamento da barragem, face ao que atualmente já acontece, apenas seria necessária a criação e melhoria de alguns acessos já existentes, aliás, e, por consequência, sempre menos dispendiosos do que, por exemplo, o equivalente em duas pontes e respetivos acessos, como seria necessário construir de raiz, para garantir uma solução idêntica.

Não tem sido esta, no entanto, a solução que a Câmara Municipal de Nisa e a Diputación de Cáceres têm vindo a anunciar, ou seja a construção de uma única ponte ligando exclusivamente Montalvão a Cedilho, a qual, segundo um comunicado que emitiram, seria proposta para discussão no âmbito de uma próxima cimeira ibérica.

Ora tal solução não só é muito dispendiosa, podendo rodar os 4/5 milhões de euros, como já não é nova, tendo sido, aliás, rejeitada pela Junta da Extremadura, ainda não há muitos anos, com a agravante de excluir liminarmente a tão necessária ligação à Beira Baixa, conforme a circulação através do paredão da barragem permitiria.

Pondo para já de lado os elevados custos, as morosidades de projeto, de licenciamentos, financiamento e construtivas que uma tal solução acarretaria (ponte e acessos viários), só aquela exclusão, por si só, é um handicap muito forte, tendo em vista retirar da condição de periferia em que se encontram tanto Montalvão como todas as localidades que lhe ficam próximas, quer em Portugal, quer em Espanha e que sofrem das mesmas vicissitudes. Não satisfaz, portanto, plenamente as necessidades desta vastíssima região transfronteiriça e intermunicipal, e os anseios de uma população carenciada, o que não acontecerá com a passagem sobre a barragem.

É imperioso por isso que as entidades responsáveis, nomeadamente as espanholas, sensibilizem e renegoceiem com a Iberdrola a possibilidade e as condições de segurança para circular sem limitações de dias e horas sobre o muro da barragem, salvaguardadas que fiquem também as condições de segurança da própria barragem, naturalmente.

Luís Gonçalves Gomes  
30 junho 2018